

## Tradição discursiva e gênero

Johannes Kabatek

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

KABATEK, J. Tradição discursiva e gênero. In LOBO, T., CARNEIRO, Z., SOLEDADE, J., ALMEIDA, A., and RIBEIRO, S., orgs. *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias* [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 579-588. ISBN 978-85-232-1230-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.



# Tradição discursiva e gênero

Johannes KABATEK

Universidade de Tübingen

## Introdução

É impressionante o eco tão positivo que encontrou o termo *Tradição Discursiva* na comunidade científica – especialmente na linguística histórica. Existe uma série de explicações para este fenômeno, que deveríamos discutir no contexto de umas reflexões sobre a história da linguística, e aqui só queremos fazer alusão a duas delas: em primeiro lugar, nas concepções linguísticas mais generalizadas do século XX, a questão da tradição ficou geralmente excluída e existe, por isso, uma necessidade de recuperar o excluído para o lugar onde tem relevância; e, em segundo lugar, as partes do termo composto, quer dizer, “discurso” e “tradição”, convidam a uma série de interpretações que parecem permitir com facilidade a aproximação ao paradigma das tradições discursivas. Como terceira razão, devemos mencionar a procura, geral na história das ciências, de paradigmas novos e de inovação terminológica.<sup>1</sup> Mas, se é verdade que a primeira razão leva realmente à *necessidade* de inovação, as outras duas razões também encerram um certo perigo; em primeiro lugar, o da adoção de uma etiqueta aparentemente nova para a denominação de algo já conhecido e um uso não unitário do termo – coisa não só problemática, mas fatal no caso de um termo científico, já que o deixa inutilizável. Olhando mais de perto a história desse conceito, podemos observar que uma certa desintegração terminológica não é produto da recepção do termo fora da romanística alemã (onde esse termo nasceu), mas já encontramos também aqui algumas diferenças internas no uso desse conceito, diferenças que se acrescentam posteriormente na sua adoção em outros âmbitos.

Procuramos em uma série de trabalhos esclarecer o termo mediante uma definição que o situe adequadamente no contexto da sua criação inicial e de desenvolvê-lo partindo de lá.<sup>2</sup> Agora bem, sobretudo com respeito a um aspecto particular, existe um problema

1 Em alguns casos de sucesso do termo na Espanha, América Latina ou no Japão, outro fator é a procura de alternativas a paradigmas dominantes procedentes do âmbito anglo-americano.

2 Veja-se, entre outros, Kabatek (2005a-d).

de delimitação que repetidas vezes se tem apresentado, concretamente a questão da relação entre tradição discursiva (TD) e gênero. Em diferentes trabalhos, ambos os termos são equiparados a tal ponto, que, às vezes, parece que a tradição dos estudos de gênero é renovada com um termo novo em aparente inovação que, na realidade, não é mais do que vinho velho em odres novos. As seguintes reflexões pretendem discutir novamente a delimitação entre TD e gênero e argumentar por que haveria que evitar, na nossa opinião, a confusão entre os dois termos. Começaremos com algumas ideias sobre o conceito das TD, falaremos brevemente sobre a noção de gênero e oferecemos no final um esboço de como os dois termos podem ser combinados de maneira produtiva.

## 1 As tradições discursivas

É um fato que a linguagem humana sempre aparece em forma de uma língua histórica particular, quer dizer, em forma de uma estrutura historicamente determinada. As línguas são transmitidas de geração em geração, e essa transmissão é um universal linguístico.

A linguística assinalou isto repetidas vezes, quando, por exemplo, Ch. F. Hockett acentua a tradição no sentido de algo que diferencia o falante humano de uma máquina que fala,<sup>3</sup> ou quando Eugenio Coseriu fala da historicidade da linguagem como uma das suas particularidades universais. Essas observações trazem consigo, porém, uma certa falta de clareza terminológica e conceitual, se pensamos que os termos historicidade e tradição se referem na realidade a fenômenos diferentes; por um lado, o fato de que falar se baseia sempre em uma técnica historicamente dada, e que, por outro lado, é caracterizado pelos textos já produzidos. No caso de Michel Foucault, essa diferença leva à afirmação de que a linguagem em realidade é a-histórica e que o que é histórico são unicamente os textos.<sup>4</sup> Tem havido, então, uma contradição quando a linguagem é descrita como profundamente histórica e ao mesmo tempo como a-histórica. A solução dessa confusão terminológica está na diferenciação, por um lado, entre língua e texto, como foi feita pelo mesmo Foucault, e, por outro lado, entre diferentes historicidades, tal como propomos, seguindo E. Coseriu:<sup>5</sup> podemos distinguir uma primeira historicidade, que na realidade é só geneticamente histórica e que consiste na adoção de uma técnica adotada pelo falante como técnica, permitindo-lhe depois a produção livre de enunciados. Essa técnica não é apreendida como algo dado, senão que é criada novamente dentro do falante sobre a base de enunciados ouvidos e assumidos. A partir do momento em que o falante adquiriu essa técnica, ele é capaz de falar de maneira autônoma e não precisa mais da relação com a

3 "The conventions of a language are passed down by teaching and learning, not through the germ plasm. Genes supply potentiality and a generalized drive since nonhuman animals cannot learn a (human) language and humans can hardly be prevented from acquiring one. Bee-dancing is probably genetic. [...] Every human language has tradition [...]. If we design and build a collection of machines that communicate among themselves with a language, this property will be lacking." (HOCKETT, 1966, p. 11-12)

4 Foucault (1969, p. 260).

5 Kabatek (2005a, p. 31-36).

história: assumiu essa história sob forma de uma gramática e de um léxico, assim como um pássaro que aprendeu a voar, com a diferença fundamental de que o pássaro aprende a voar por predisposição genética e o falante só dispõe da capacidade geneticamente dada de apreender uma língua qualquer, mas certamente não as estruturas de uma língua particular. A partir do momento em que o indivíduo domina uma língua particular, ele mesmo começa a ser colaborador dinâmico na criação da história dessa língua: é parte dessa história e, como tal, como indivíduo situado dentro dela, é liberado dela, já que a leva dentro de si mesmo. Esta historicidade, que é provavelmente a mais fundamental para a linguagem, produz a impressão de que a linguagem seja um ente sem história, já que a essência da linguagem não reside na historicidade de cada acontecimento (cada enunciado) concreto, mas na técnica abstrata para a produção dos acontecimentos.

No entanto, o fato de os enunciados não serem unicamente momentos históricos únicos, a possibilidade de eles repetirem outros enunciados anteriores leva à necessidade do conceito das TDs. Falar não é só gerar enunciados segundo as regras de uma gramática particular e segundo um léxico disposto por uma língua determinada, é também tradição, no sentido de repetição do já dito, e, ao lado da ciência dos sistemas linguísticos, a ciência geral da linguagem precisa dar conta do papel dessa tradição – também pelas relações mútuas entre ela e a ciência dos sistemas linguísticos. A este propósito, cabe dizer que precisamente essa relação mútua é fundamental para a mudança linguística, que pertence à essência da primeira historicidade (cf. KOCH, 2008): como é historicamente gerada, a estrutura linguística tem, pela sua parte, uma história.

Podemos, então, resumir até aqui os seguintes aspectos: os sistemas linguísticos são objetos históricos adquiridos pelos falantes como técnicas e mediante os quais os indivíduos produzem enunciados individuais. Os sistemas mesmos não são estáticos, eles são transformados continuamente pelos processos dinâmicos de transmissão e de diálogo: as línguas mudam. Os enunciados individuais são historicamente únicos e, na história da sua unicidade, estão situados no tempo e no espaço; mas eles podem referir-se a outros enunciados individuais, repetindo-os ou alternando-os.

Essa *segunda historicidade*, para a qual talvez o termo *tradição* seja mais adequado, é comparável com outras tradições culturais (como as tradições da arquitetura, da cozinha, dos gestos paralinguísticos); mas a particularidade, no caso das tradições linguísticas, é que a primeira e a segunda historicidade coincidam no mesmo objeto. Assim, uma expressão como “bom apetite” está construída segundo a gramática do português, mas, ao mesmo tempo, se refere a uma tradição do falar particular e repetível, com um “valor adicional”, que é dado precisamente pelo caráter de signo próprio dessa expressão e pela sua repetitividade. Essa repetitividade pode afetar expressões breves e simples ou longas e complexas, e ela pode ser completa ou parcial e referir-se a elementos da forma ou do conteúdo. A *segunda historicidade* não se limita a uma forma particular dessa tradição ou a uma preferência cultural determinada; sua manifestação atesta apenas que existe uma relação temporal-espaçial entre enunciados, podendo ser esta relação implícita ou explícita e dada

tanto pela intenção do falante, como aquela do ouvinte. Com toda a sua força semiótica, o termo TDs situa-se, pois, como termo fundamental da teoria da linguagem, *ante* todos os fenômenos concretos, como axioma teórico, com respeito ao qual são posteriores todas as tradições concretas como fenômenos empíricos, além das suas generalizações e tipificações. Isto significa que ele inclui por definição todas as formas concretas de tradição, seja a tradição de uma citação concreta, de uma saudação, a tradição de uma forma como o soneto ou a tradição do artigo científico, inclusive a tradição da introdução a um artigo, a tradição do citar ou do estruturar; finalmente, também tradições particulares de grupos ou de instituições, como a tradição dos parlamentares conservadores franceses frente a seus adversários progressistas. E, nessa amplitude, o termo também inclui fenômenos que se referem às formas além das formas tradicionais da gramática de uma língua identificadas como tais pela linguística repetidamente: formas textuais, tipos textuais, gêneros textuais.

## 2 TD e gênero

De todos esses termos, *gênero* é certamente o mais complexo, já que, por um lado, é o que dispõe da tradição mais longa e, por outro, foi terminologizado em grande número de teorias até a atualidade. Dada a sua origem na retórica da Antiguidade, esse termo é considerado propriedade comum. Já no seu emprego clássico, porém, não é usado como axioma teórico, mas para designar realizações culturais concretas; assim, o discurso em um pleito, o *gênos dikanikón*, não é nem universal nem faz parte de uma classificação universalista; antes, ele corresponde a uma TD ocidental, primeiro grega e depois romana. Esse tipo de delimitação que parte da generalização dos produtos domina a classificação da tradição textual até o presente, e isso tanto em trabalhos dedicados explicitamente à classificação textual, como naqueles para os quais essas classificações são secundárias. Frequentemente, a base dessas classificações está nas delimitações e classes disponíveis na comunidade linguística e se identifica, por exemplo, como “ensaio” o que leva esse nome. Com certeza, não é um erro tomar como base de uma classificação científica a intuição que se encontra sob uma categorização dada na comunidade dos falantes, mas com isso ainda não se terá atingido a delimitação explícita, só se terá iniciado o caminho que leva a ela. Dependendo do interesse particular de pesquisa, se aceitarão objetos já agrupados como tais segundo uma classificação já encontrada, ou se juntarão diferentes objetos particulares em grupos maiores, quando, por exemplo, na linguística de *corpus* empírica, encontramos diferenciações como “textos literários”, “textos jurídicos” ou “textos jornalísticos”. Tais classificações não põem em dúvida a identificação dessas áreas e não chegam a ela segundo a tradicionalidade mesma ou segundo a constituição dessas áreas: elas são aceitas como já dadas. Isto não é criticável de maneira geral, mas segundo os produtos não se aclarará o princípio da historicidade, e, ao mesmo tempo, os produtos trazem o perigo de generalizações às vezes problemáticas. Como mostramos nos nossos trabalhos sobre a Idade Média românica, o que às vezes se chama de maneira muito geral

o “gênero jurídico” é, olhado desde perto, uma rede complexa de tradições de expressões e conteúdos que de nenhuma maneira estão isoladas, mas que estão em relação estreita com tradições de outras áreas (do cotidiano, da literatura, da ciência, entre outras).

Bem mais perto das ideias que queremos apresentar aqui se encontra o conceito dos *gêneros discursivos* de Mikhail Bakhtin.<sup>6</sup> Já há bastante tempo, Bakhtin reconheceu a limitação que compreendia o termo saussuriano *langue* com respeito à tradição. A finalidade do termo *gênero* em Bakhtin provavelmente foi a de levar em conta a complexidade das tradições literárias, mas, com o ponto inicial dos *gêneros primários*, também se trata da tradição em um sentido teórico amplo. Só que a recepção moderna de Bakhtin não procurou desenvolver toda a amplitude do termo *gênero*, senão a limitá-lo sobretudo aos aspectos literários e à noção fundamental da intertextualidade na literatura. Mesmo assim, no seu núcleo, a crítica feita por Bakhtin ao estruturalismo pode bem ser considerada precursora da ideia das TDs, mas sem ter desenvolvido uma aplicação ampla com todas as consequências implicadas.

### 3 Tentativas de classificação

A delimitação exata do termo de TD e a sua diferenciação com respeito ao termo *gênero* não parecem unânimes nos diferentes trabalhos teóricos, inclusive no âmbito dos trabalhos da romanística alemã. Geralmente, identifica-se que algum fenômeno concreto ou alguns fenômenos correspondem a uma TD e se sublinha a importância geral das TDs. Mas não se chega a delimitar com integridade o que é subentendido sob esse termo. Em alguns trabalhos, parece que TD é sinônimo de tipo de texto ou de gênero; em outros, estabelece-se uma relação taxonômica entre TD e gênero (cf. SCHROTT, 2007).

Uma tentativa relativamente ampla de uma visão de conjunto foi apresentada por Raymund Wilhelm em diferentes trabalhos.<sup>7</sup> Ele distingue três áreas de TD: fórmulas, formas textuais e universos de discurso. Essas três áreas representam diferentes graus de abstração de TD e elas podem estar combinadas uma dentro da outra: uma fórmula determinada pode ser parte de uma forma particular, que, por sua vez, será localizável dentro do âmbito de um universo de discurso (uma fórmula de saudação como *caro amigo* pode ser parte da forma *carta*, que pode ser parte do universo do cotidiano). Parecem convencer de imediato os primeiros dois graus de abstração; menos clara é a questão do terceiro, e podemos perguntar-nos se aqui realmente se trata de áreas de tradição ou se deveríamos preferir a consideração dos “universos” como verdadeiros “universais”, além da tradição. O termo universo de discurso foi utilizado por diferentes autores e foi delimitado de maneiras diferentes; Wilhelm adota a concepção de Eugenio Coseriu, que distingue quatro universos de discurso:<sup>8</sup>

6 Bakhtin (1989); cf. também Todorov (1982).

7 Cf. u.a. Wilhelm (2001, 2003).

8 Cf. Coseriu (2006).



- o universo do cotidiano
- o universo da ficção
- o universo de religião
- o universo da ciência

Ao contrário de outras classificações mais detalhadas que consideram, por exemplo, o mundo jurídico, o mundo das matemáticas ou o mundo da filosofia como universos de discurso próprios, esta classificação se refere às relações semióticas fundamentais que caracterizam todo falar, baseando-se no critério da relação entre sujeito e objeto: no universo do cotidiano, o sujeito fala desde a sua perspectiva subjetiva sobre os objetos; no universo da ficção, o sujeito fala de objetos sem existência real, objetos de um mundo criado pela fantasia (o qual não exclui que esses objetos tenham semelhança e até identidade com objetos reais); no universo da religião (ou da fé), se fala de “outro mundo”, não comprovável, mas suposto como existente, e, por último, no universo da ciência, os objetos se descrevem como objetos desde uma perspectiva “objetiva”.<sup>9</sup>

Na história cultural, a ordem segundo a qual apresentamos os universos de discurso corresponde a etapas de evolução, ficando as três primeiras fora do nosso horizonte histórico e unicamente a quarta dentro dele. Supomos que o mundo do cotidiano tenha sido o primeiro, já que o mundo da ficção é derivado dele. Quanto ao mundo da religião, ele parece logicamente posterior ao mundo da ficção, sendo também um mundo de ficção com um elemento adicional, que é a fé. Se na realidade essa ordem é correta, não o sabemos. Pode até ser que a religião seja anterior à ficção ou, o que é mais provável, que os dois mundos se criaram de maneira simultânea e que só posteriormente houve separação, ou que houve diferentes ordens em diferentes sociedades.<sup>10</sup> A única certeza que temos é que a ciência é a invenção mais nova, tendo ela as suas raízes na percepção clássica da objetividade, a qual, com precursores na Antiguidade, só se faz real na Idade Média com a criação da universidade e uma *scientia* autônoma.

Os universos de discurso são, pois, “mundos” culturalmente adquiridos e construídos um sobre o outro, que se podem definir segundo a relação entre falante, signo e mundo. Manifestam-se em *discursos*; discursos cotidianos, ficcionais, religiosos ou científicos; e estes discursos correspondem, respectivamente, a tradições.

Os universos de discurso são os contornos mais gerais nos quais se situam os discursos ou textos, são como uma moldura na qual as outras tradições estão localizadas,

9 O deconstrutivismo tentou mostrar a impossibilidade dessa diferenciação e assinalar que todos os mundos – inclusive a religião, a ciência e o mundo cotidiano – se baseiam em construções, posto que o acesso direto aos objetos é impossível. Pode ser que essa crítica seja justificada, porém ela não é capaz de destruir a grande obra cultural da humanidade que consiste na diferenciação dos universos, esse fundamento da nossa organização social – quando muito, isto é possível em uma espécie de jogo intelectual, mas não com todas as consequências reais (com perdão dessa palavra).

10 Precisamente nos últimos anos, a questão da universalidade da religião foi novamente formulada no contexto das – em parte polêmicas – discussões sobre os trabalhos de Daniel Everett, que descrevem o povo amazônico dos Pirahã, o qual, segundo a discutida descrição de Everett, parece não conhecer nem mundos ficcionais nem mundos além do mundo cotidiano.

sem que os universos de discurso mesmos manifestem a sua tradicionalidade além desse sentido geral-cultural-histórico praticamente encoberto pelas tradições concretas.<sup>11</sup> As outras tradições, por sua vez, parecem tão complexas e tão múltiplas, que não se deixam classificar segundo um único critério, precisam de várias dimensões de categorização.

## 4 A repetitividade dos textos

Deixemos de lado por um momento duas questões que, mesmo não sendo pouco problemáticas, precisaremos esclarecer em outro lugar: de um lado, a delimitação da segunda historicidade com respeito à primeira (da gramática particular, do sistema linguístico) e, do outro lado, a questão da diferença entre a segunda historicidade e os princípios universais da atuação linguística, quer dizer os princípios da pragmática. Diga-se tão somente: entre as TDs e a gramática, parece haver uma relação de influência mútua, manifestada sobretudo nas áreas “periféricas” da gramática; e entre TD e pragmática, a relação é genética: as TDs são criadas em determinadas constelações discursivas e podem adquirir um valor autônomo pela sua repetição.

Mas aqui simplesmente vamos aceitar como axioma que os produtos linguísticos – os *textos* ou *discursos* – não são criados em cada ato de enunciação só em função de uma gramática e um léxico particulares, mas, ao mesmo tempo, com relação a textos já ditos ou escritos (repetindo ou variando ou evitando repetição). Poderemos, a partir daqui, perguntar-nos pelos fatores que entram em jogo na classificação desses produtos – fatores relevantes na comunicação verbal, fatores que guiam a relação entre o texto atual.

Sendo os elementos “tradicionáveis”, repetíveis, sem limite, parece adequado partir de uma série de fenômenos particulares, tipificá-los e estabelecer ordem entre eles. Como princípio de classificação, vamos supor a existência de vários *continua* ao longo dos quais os diferentes fenômenos particulares se situam. Começemos com a forma de TD mais simples, a imediata repetição de um enunciado, por exemplo, de uma saudação como “oi”. É um enunciado que pertence à comunicação cotidiana, normalmente oral; é geralmente inserido em uma situação muito concreta, a sua repetição é repetição da forma e do conteúdo e o enunciado é relativamente breve; neste caso, uma só palavra. No outro lado do *continuum*, poderia situar-se, por exemplo, a tradição do romance, não cotidiana, escrita, sem correspondência à situação concreta e longa; ao mesmo tempo, nesta tradição, não se repete a expressão nem o conteúdo, não há repetição de fórmulas e só há unicamente coincidência formal, sem necessidade de que seja repetido nenhum elemento concreto. Alguns fatores estão em correlação com esses *continua*: quanto mais cotidiana a tradição, menos evidente será a sua autoria, desaparecida na névoa do coletivo. Quanto mais distante do cotidiano, mais variará a tradição e mais terá caráter de artefato. Mesmo

<sup>11</sup> Sobre o conceito de *universo de discurso*, ainda queremos precisar que sobre a base dos quatro universos também se podem estabelecer diferentes possibilidades de combinação, quando distinguimos entre uma finalidade imediata e outra, indireta dos textos. Assim, algumas das *Ficciones* de Borges são aparentemente textos científicos, sendo em realidade textos ficcionais; o argumento principal do Pentateuco é cotidiano e, em outro plano, religioso. As correntes literárias como o realismo ou o realismo mágico jogam precisamente com esta combinatória.



se, em princípio, a liberdade de modificação caracteriza – como caracteriza em geral todo falar – todas as TDs, ela é mais limitada nos signos cotidianos, já que o signo cotidiano também recebe o seu valor adicional como TD da sua contínua repetição (que também possibilita a abreviação): “tudo bem” substitui um texto mais extenso (algo como “você se encontra bem de saúde, de ânimo”) e funciona assim como índice de um signo mais complexo de cortesia. Mesmo assim, seria precipitado pensar que a repetição imediata seria unicamente característica do cotidiano. As TDs que se caracterizam fundamentalmente pela repetição também são encontradas no mundo jurídico ou religioso: as fórmulas de juramento, de casamento, de batismo são exemplos claros. E também encontramos fórmulas de repetição concreta precisamente sem inserção situacional mecânica, como no caso dos fraseologismos e das citações. Aqui também se vê a coexistência de diferentes níveis de tradicionalidade: num texto no qual aparece uma citação literária, a citação mesma já é uma tradição, assim como o é a tradição da ação de citar.<sup>12</sup>

No caso de formas mais complexas de TD, a identificação dos elementos tradicionais pode resultar mais difícil e às vezes não é unívoca. Um editorial de um jornal continua a tradição jornalística do editorial, mas, ao mesmo tempo, pode evocar outras diferentes tradições situáveis ao longo de dois eixos que chamamos “sintagmático” e “paradigmático”. No eixo sintagmático, um editorial pode-se diferenciar segundo vários segmentos textuais; a tradição do título é uma TD própria, assim como o são as diferentes partes do texto. No eixo paradigmático, o editorial reflete uma determinada tradição de tratar um tema usual em editoriais, mas o tema mesmo em questão pode evocar outras tradições de tratá-lo. Além disso, o conteúdo pode variar em diferentes tradições de descrição e de opinião, e finalmente pode haver tradições diferentes de diversas orientações ideológicas. A lista dos elementos que fazem parte desta rede de tradições é ampliável e teoricamente interminável. O que é fundamental para a teoria das TDs é o que chamamos o “princípio da composicionalidade tradicional”: um texto pode corresponder a toda uma série de tradições co-presentes ao mesmo tempo; e a investigação empírica das TDs tem a tarefa da identificação dessa rede de tradições. Qualquer ponto de partida é justificável nesta tarefa, mas será metodologicamente recomendável partir de localizações objetivamente comprovadas e de buscar a partir daí novos nexos de tradição. As localizações “objetivas” são aquelas contextualmente evidentes, assim como as que vêm dadas pela denominação explícita dos textos, como no caso do editorial, localizado em um lugar concreto do jornal e denominado explicitamente assim.<sup>13</sup>

O potencial enorme do termo TD vai assim muito mais longe do que a descrição concreta de uma forma determinada de tradição textual. Trata-se de descobrir toda a amplitude dos elementos tradicionais nos textos e de ter em conta essa tradicionalidade em todas as questões de descrição linguística, também em questões de gramática e de

12 No caso dos fraseologismos, também se vê que existem “técnicas” de tradições: um fraseologismo inexistente como “peixe que voa não tem pluma” se pensará, mesmo sem tradição, que se trata de uma expressão tradicional.

13 Precisamente a denominação explícita de um texto também contém um grande potencial de desvios da tradição: um romance que se chama romance pode, sem problema, conter receitas de cozinha ou até ensaios científicos.

pragmática. Por isso, as consequências são muito mais amplas do que as consequências da questão do gênero, salvo se o termo gênero é usado de maneira tão ampla como o proposto aqui para as TDs, o que estaria em contradição com a tradição desse termo. Para todas as concepções mais limitadas de gênero, podemos afirmar: todos os gêneros são tradições discursivas, mas nem todas as tradições discursivas são gêneros.

## Referências

- ASCHENBERG, H.; WILHELM, R. (Ed.) (2003). *Romanische Sprachgeschichte und Diskurstraditionen*. Tübingen: Narr.
- BAKHTIN, M. M. (1989). *El problema de los géneros discursivos*. México: Siglo XXI.
- COSERIU, E. (2006). *Textlinguistik. Eine Einführung*. 4 ed. Tübingen: Narr.
- FOUCAULT, M. (1969). *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard.
- KABATEK, J. (2005a). *Die Bolognesische Renaissance und der Ausbau romanischer Sprachen. Juristische Diskurstraditionen und Sprachentwicklung in Südfrankreich und Spanien im 12. und 13. Jahrhundert*, Tübingen, Niemeyer.
- KABATEK, J. (2005b). Tradiciones discursivas y cambio lingüístico. *Lexis* 29/2, p. 151-177; versão portuguesa: Tradições discursivas e mudança lingüística. In: LOBO, Tânia; RIBEIRO, Ilza; CARNEIRO, Zenaide; ALMEIDA, Norma (Org.) (2006). *Para a história do português brasileiro. VI: novos dados, novas análises*. Tomo II. Salvador: EDUFBA. p. 505-527.
- KABATEK, J. (2005c). Las tradiciones discursivas del español medieval: historia de textos e historia de la lengua. *Iberoromania*, n. 62, p. 28-43.
- KABATEK, J. (2005d). Sobre a historicidade de textos, trad. de José da Silva Simões. *Linha d'água*, n. 17, p. 159-170.
- KABATEK, J. (Ed.) (2008). *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: nuevas perspectivas desde las tradiciones discursivas*. Frankfurt/Madrid: Vervuert/Iberoamericana.
- KOCH, P. (1987). *Distanz im Dictamen. Zur Schriftlichkeit und Pragmatik mittelalterlicher Brief- und Redemodelle in Italien*, Freiburg im Breisgau, ms. não publicado.
- KOCH, P. (1988). Norm und Sprache. In: ALBRECHT, J.; LÜDTKE, J.; THUN, H. (Ed.). *Energie und Ergon. Studia in Honorem Eugenio Coseriu*, Vol. II. Tübingen: Narr. p. 327-354.
- KOCH, P. (1997). Diskurstraditionen: zu ihrem sprachtheoretischen Status und ihrer Dynamik. In: FRANK, B.; HAYE, T.; TOPHINKE, D. (Ed.). *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*. Tübingen: Narr. p. 43-79.
- KOCH, P. (2008). Tradiciones discursivas y cambio lingüístico: el ejemplo del tratamiento *vuestra merced* en español. KABATEK, J. (Ed.) (2008). *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: nuevas perspectivas desde las tradiciones discursivas*. Frankfurt/Madrid: Vervuert/Iberoamericana. p. 53-88.
- OESTERREICHER, W. (1997). Zur Fundierung von Diskurstraditionen. In: HAYE, T.; TOPHINKE, D. (Ed.). *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*. Tübingen: Narr. p. 19-41.
- SCHROTT, A. (2007). *Fragen und Antworten in historischen Kontexten. Ein Beitrag zur historischen Dialoganalyse und zur historischen Pragmatik am Beispiel altspanischer literarischer Texte*. Tese de habilitação, Bochum.
- TODOROV, Tzvetan (1981). *Mikhail Bakhtine: le principe dialogique suivi de écrits du cercle de Bakhtine*. Paris: Seuil.

WILHELM, R. (2001). Diskurstraditionen. In: HASPELMATH, Martin; KÖNIG, Ekkehard; OESTERREICHER, Wulf; RAIBLE, Wolfgang (Ed.). *Language typology and language universals: an international handbook*, I. Berlin/New York: de Gruyter. p. 467–477.

WILHELM, R. (2003). Von der Geschichte der Sprachen zur Geschichte der Diskurstraditionen. Für eine linguistisch fundierte Kommunikationsgeschichte. In: ASCHENBERG, H.; WILHELM, R. (Ed.). *Romanische Sprachgeschichte und Diskurstraditionen*. Tübingen: Narr. p. 221-236.